

# **AS RELAÇÕES TEMPORAIS DO PRESENTE SIMPLES DO INDICATIVO NO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA MATERNA**

Dinéia Bordin

Orientador: Professor Gabriel Othero

## **RESUMO**

O presente do indicativo é uma forma verbal que pode ser empregada representando diversos tempos verbais. Além do “agora”, diretamente ligado ao presente, o presente histórico, o presente genérico, um estado momentâneo, o futuro do presente do indicativo ou o pretérito perfeito do indicativo podem ser representados pelo presente do indicativo. Apesar de se ouvirem críticas sobre o ensino de língua portuguesa calcado na gramática, é ela quem é capaz de explicar e amparar esta capacidade de usos e representações deste tempo. Esta ampla capacidade, no entanto, nem sempre é apresentada em livros didáticos, inclusive em indicados pelo Ministério da Educação, o que traz à tona uma falha num item específico, mas importante na formação de um leitor e um escritor competente.

**PALAVRAS-CHAVE:** presente do indicativo – potencial temporal do presente do indicativo – ensino - competência discursiva

# AS RELAÇÕES TEMPORAIS DO PRESENTE SIMPLES DO INDICATIVO NO ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA MATERNA

## Introdução

O ensino de língua portuguesa no Brasil, desde que oficializado como disciplina escolar, a partir da Reforma Pombalina, no século XVIII, enfrentou distintas fases, centrando-se basicamente entre o uso máximo e quase exclusivo dos ditames da Gramática Tradicional e o pseudoabandono dela em nome de um trabalho supostamente baseado na Linguística. A esta prática, Luft chama de “ensino tradicional modernoso”: “Tradicional, por manter o vício de gramaticar em vez de operar produtivamente com a gramática interior do aluno; e modernoso por não tratar de uma autêntica reformulação linguística, moderna, e sim de meras adaptações novidadeiras”. (LUFT, 1999, p. 51)

No entanto, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais<sup>1</sup>, a ideia é que o ensino de língua portuguesa no Brasil enquanto língua materna se preocupe basicamente em desenvolver a capacidade discursiva<sup>2</sup> dos alunos e enfatizar os usos que os indivíduos fazem do idioma.

Os objetivos de Língua Portuguesa salientam também a necessidade de os cidadãos desenvolverem sua capacidade de compreender textos orais e escritos, de assumir a palavra e produzir textos, em situações de participação social. Ao propor que se ensine aos alunos o uso das diferentes formas de linguagem verbal (oral e escrita), busca-se o desenvolvimento da capacidade de atuação construtiva e transformadora. (PCN LP, p. 35)

Baseando-se nesta perspectiva teórico-pedagógica, o estudo de um tópico de gramática motivou a elaboração deste artigo: o tempo presente no modo indicativo. Ressalta-se esta escolha devido ao seu amplo uso no jornalismo contemporâneo e pelo fato de designar mais tempos do que só o presente, o agora. O objetivo desta artigo é **analisar como este tempo-modo é abordado em dois livros didáticos** (um do ensino fundamental e outro do médio) e **verificar o potencial que tem, tomando como base manchetes de jornal e descrições de gramáticos da língua portuguesa** (do português contemporâneo e do português brasileiro).

---

<sup>1</sup> Parâmetros Curriculares Nacionais é uma publicação do Ministério da Educação, de 1997, que objetiva auxiliar o professor nas diferentes áreas do conhecimento e oferecer linhas norteadoras para a prática docente.

<sup>2</sup> Conceito trazido dos PCNs, p. 29: “Competência discursiva, neste documento, está sendo compreendida como a capacidade de se produzir discursos — orais ou escritos — adequados às situações enunciativas em questão, considerando todos os aspectos e decisões envolvidos nesse processo”.

## 1) Explicações de livros didáticos

Duas obras são exploradas para iniciar a análise pretendida. Ressalte-se que todas as informações teóricas constantes nos livros foram transcritas:

A) Livro didático para o Ensino Fundamental, volume 6<sup>3</sup> (p. 231):

### “Modelo de conjugação do modo indicativo

O presente não tem subdivisões, mas pode indicar que o fato ocorre no momento em que é enunciado, ou que ocorre habitualmente ou que ocorrerá em futuro próximo. Exemplos: Sua roupa não **combina** com a ocasião (ação ocorre no momento em que se fala). Sempre que posso, **visito** minha avó (ação habitual). Você **lança** a bola para mim (futuro próximo).”

B) Livro didático para o Ensino Médio, volume 2<sup>4</sup> (p. 115):

### “Tempos do modo indicativo – o modo da certeza e das orações principais

Presente – pode assinalar:

um fato que ocorre no momento em que se fala:

Eles **praticam** exercícios físicos na escola. Ou

Eles **estão praticando** exercícios físicos na escola.

O emprego da locução evidencia que a ação se passa no exato momento em que se fala uma ação habitual:

**Faço** exercícios físicos três vezes por semana.

Uma verdade universal (ou tida como tal):

O homem **é** um animal racional.

### A vivacidade do presente narrativo

Tomando 1922 como um marco, enquanto em São Paulo o modernista já dá seus gritos e Pixinguinha traz o choro de volta ao berço brasileiro, Gilberto Freyre recebe o título de mestre e vai para a Europa. Visita França, Bélgica, Inglaterra, Alemanha, Espanha e Portugal e conhece muita gente de futuro, como os pintores Vicente do Rego Monteiro e Tarsila do Amaral. (Revista Superinteressante, Ed 193, out. 2003, p. 70)

Ao narrar fatos já passados, emprega-se o presente em lugar do pretérito para dar maior realce à narrativa, trazendo mais vida aos acontecimentos de outrora. Observe

---

<sup>3</sup> Projeto Araribá. São Paulo: Moderna, 2011. V. 6. 3. Ed., p. 231

<sup>4</sup> NICOLA, José de. “Português”. V. 2. Scipione: São Paulo, 2009. p. 115

que, no enunciado acima, os acontecimentos situam-se no passado (1922), porém tudo está contado no presente: dá, traz, recebe, vai, visita e conhece.

Cabe destacar que é necessário manter a correlação temporal; assim, ao relatar um fato futuro em relação aos fatos no presente, temos que empregar o futuro do presente.”

## 2) O presente do indicativo em manchetes de jornal

Apesar das informações fornecidas pelos livros didáticos, se tomássemos como base de explicação a descrição do livro do Ensino Médio, ela seria insuficiente para explicar o presente em manchetes como as que seguem:

[1] *Cassação de Demóstenes não esvazia CPI*<sup>5</sup>

Fato: 11 de julho de 2012; notícia: 12 de julho de 2012

[2] *Caminhão bate em poste, capota e causa duas mortes no RS, diz polícia*<sup>6</sup>

Fato: 18 de julho de 2012; notícia: 18 de julho de 2012

[3] *Brasileiros começam disputas de provas individuais neste sábado em Londres*<sup>7</sup>

Fato: 28 de julho de 2012; notícia: 27 de julho de 2012

Apesar de o corpo do texto explicitar com clareza o momento em que as ações representadas pelas formas verbais ocorrem, inicialmente a manchete é que é lida; outras vezes, somente esta é lida. Além disso, enunciados isolados, como as manchetes, também costumam ser explorados para a análise de conteúdos em aulas de português. Ou seja: não é por que o contexto explica o real momento do fato que sua relação com a forma verbal não precise ser abordada.

A classificação dos tempos dos verbos, por si só, como a apresentada no exemplo do segundo livro, além de ser parcial, não dá conta da realidade dos fatos exemplificados nos três enunciados jornalísticos, pois não trata da possibilidade de indicação de futuro, nem de passado.

No estudo dos verbos em sala de aula, cabe questionar: tendo as ações verbais já decorrido, como em 1 e 2, ou estando para acontecer, como em 3, qual a razão de se adotar o mesmo tempo presente?

---

<sup>5</sup> <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/cassacao-de-demostenes-nao-esvazia-cpi> - 12 jul. 2012

<sup>6</sup> <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/06/caminhao-bate-em-poste-capota-e-causa-duas-mortes-no-rs-diz-policia.html> - 18 jun. 2012

<sup>7</sup> <http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/esportes/olimpiada/noticia/2012/07/brasileiros-comecam-disputas-de-provas-individuais-neste-sabado-em-londres-3834487.html> - 27 jul. 2012

A resposta a esta pergunta tem a ver como a intenção que o jornalismo pretende imprimir aos fatos: um caráter de proximidade. No caso de 1 e 2, proximidade com o já ocorrido. Isso se explica porque o bombardeio diário de notícias com que os leitores se deparam exige uma atualização dos fatos, uma ideia de algo novo. As notícias, dadas como passadas, não causariam no leitor o mesmo impacto; ao contrário, poder-lhe-iam dar sensação de algo que já não tem mais tanta relevância.

Para os exemplos dados, ainda há uma especificidade: as notícias só podem ser publicadas após o acontecimento dos fatos. Em 2, apesar de o fato ter acontecido no mesmo dia da publicação, sabe-se que ocorreu no passado (próximo). Mesmo assim, as ações *bater*, *capotar*, *matar* e *dizer* precisam necessariamente ocorrer para que haja notícia. Não há, por exemplo, como os fatos ocorrerem no momento da locução das manchetes. Até porque o tempo para locução da frase não seria compatível com a ocorrência dos fatos em tempo real.

No caso de 1, até seria possível a manchete ser proferida durante a ocorrência do fato *esvaziar*, por exemplo, se um repórter estivesse ao vivo transmitindo a notícia durante e após a cassação, fato de não ocorreu, pois a notícia foi dada de forma escrita e um dia após o senador ser cassado.

Caso os respectivos órgãos de imprensa tivessem adotado o pretérito, os verbos de 1 e 2 ficariam assim:

[4] *Cassação de Demóstenes não **esvaziou** CPI*

[5] *Caminhão **bateu** em poste, **capotou** e **causou** duas mortes no RS, **disse** polícia*

Note-se que o pretérito perfeito (4 e 5), que naturalmente traz a ideia de ação concluída pois esta lhe é uma característica intrínseca, tira a proximidade do leitor com o fato. Se as ações já ocorreram, ficam relegadas à história, ao passado.

No caso do exemplo 3, o efeito de proximidade permanece; contudo, em relação a um fato que vai ocorrer. Se o verbo fosse conjugado no futuro “*Brasileiros **começarão** disputas de provas individuais neste sábado em Londres*” [6] é como se a análise do tópico abordado fosse passível de protelação. Neste caso, também a ideia de momento é mais interessante para as intenções do jornal para com o leitor.

Outros três exemplos, de uma mesma página<sup>8</sup>, merecem análise mais apurada:

[7] *Menina **morre** em ação da PM no Rio*

---

<sup>8</sup> GERAL. *Zero Hora*, Porto Alegre, Jul. 2012, página 20

[8] *Capotagem mata jovem em Guaporé*

[9] *Jovem é morto em Pelotas*

As três notícias foram veiculadas no domingo, mas as três mortes ocorreram no sábado anterior, ou seja, novamente evidenciamos verbos conjugados no presente, mas representando ações que ocorreram no passado. Em 7 e 8, tanto “morrer” quanto “matar” tem uma duração pontual no tempo: ocorrem num momento específico. Neste sentido, interpretar estas flexões como sendo no presente (“agora”) pareceria até incoerente com a realidade já que narrar no presente fatos tão pontuais não condiz com o tempo de duração dos mesmos.

Em 9, o emprego do verbo de ligação “ser” no presente do indicativo (“é”) não traz uma “verdade universal (ou tida como tal)” como afirma o livro didático para o ensino médio com o exemplo: *O homem é um animal racional*, apesar de evidenciarmos uma estrutura sintática semelhante [sujeito + predicado nominal (com núcleo do predicado nominal semelhante – *é*)]. Neste caso, o predicativo do sujeito funciona, como o próprio nome aponta, como um predicativo do sujeito. Na verdade, a opção em 9 por “verbo de ligação + forma nominal” novamente causa a impressão de um fato ocorrido recentemente; não se trata de uma qualificação do sujeito, como se “morto” fosse uma qualidade do jovem, assim como “animal racional” é a qualidade do homem no exemplo do livro.

Novamente, a explicação dada pelo livro didático não contempla um enunciado típico do jornalismo.

Voltando-se um pouco à abordagem do exemplo 3, percebe-se que a ideia de futuro só é evidenciada no livro para o ensino fundamental. Isso poderia, então, ser considerado um conteúdo de ensino fundamental, da série ao qual o livro corresponde? Não! Ao contrário disso, esta análise é essencial no ensino médio, inclusive porque os alunos estão mais maduros, têm mais contato com a imprensa e supõe-se, portanto, que leem mais jornal.

Quanto à restrição ao ensino médio no enfoque das múltiplas representações do tempo presente do indicativo, convém ressaltar que o volume seguinte ao mencionado para o ensino fundamental novamente trata do verbo, mais especificamente dos modos verbais. Contudo, não trata do indicativo. Portanto, não faz referência a esta capacidade aqui tratada que tem o verbo no presente do indicativo. Dentre todas as análises das manchetes, novamente 1, 2 e 3 ficariam ser explicação. É claro que não se pode esperar, dadas as limitações de espaço, que um livro didático esgote todas as questões da língua

no mundo. Contudo, parece pertinente que, em se tratando de qualquer conteúdo, seja contemplado o uso real e concreto da língua. E, quando se fala em verbos, é fundamental que a relação da ocorrência ação/forma verbal aqui explorada seja apreciada. Neste caso, o uso recorrente do presente do indicativo para designar pretérito ou futuro não pode ser ignorado; tampouco as intenções de quem escreve, sobretudo da imprensa, expressivo meio de persuasão de formação de opiniões.

### 3) Descrições dos gramáticos

A reflexão feita anteriormente acerca do presente do indicativo pode ser amparada por duas gramáticas:

#### A) Gramática do Português Contemporâneo

Segundo CUNHA (2010, p. 175) o presente do indicativo pode designar:

##### “Emprego dos tempos do indicativo

##### Presente

O presente do indicativo emprega-se:

1º) para enunciar um fato atual, isto é, que ocorrem no momento em que se fala (**presente momentâneo**):

*Cai* o crepúsculo. *Chove*.

*Sobe* a névoa... A sombra *desce* (DA COSTA E SILVA)

2º) para indicar ações e estados permanentes ou assim considerados, como seja uma verdade científica, um dogma, um artigo de lei (**presente durativo**):

Os corpos *caem* no vácuo com igual velocidade

A Santíssima Trindade *é* o mesmo Deus. Nela *há* três pessoas distintas em um só Deus verdadeiro.

O direito de propriedade *abrange* todos os direitos que forma o nosso patrimônio.

3º) para expressar uma ação habitual (**presente habitual** ou **frequentativo**):

Não *gosto* de trabalhar, não *fumo*, não *durmo* com muitos sonhos... (J. L. DO REGO)

4º) para dar vivacidade a fatos ocorridos no passado (**presente histórico** ou **narrativo**):

A Avenida *é* o mar dos foliões. Serpentinhas *cortam* o ar carregado de éter, *rolam* das sacadas, *pendem* das árvores e dos fios, *unem* com os seus matizes os automóveis do curso. (M. REBELO)

5º) para marcar um fato futuro, mas próximo; caso em que, para impedir qualquer ambiguidade, se faz acompanhar geralmente de um adjunto adverbial:

Amanhã mesmo *vou* para Belo Horizonte e lá *pego* o avião para o Rio. (A. CALLADO)

## B) Gramática do Português Brasileiro

Acerca do presente do indicativo no Português do Brasil, em sua Gramática do Português Brasileiro, Perini (2010, p. 221 a 224) descreve:

### “Presente

#### Variedades de expressão do presente

O **presente** expressa, basicamente, eventos ou estado atuais. Podemos distinguir duas formas, o **presente simples** (eu falo) e o **presente progressivo** (eu estou falando). Estas duas formas não são sinônimas. O presente simples é usado para exprimir um evento habitual, uma propriedade permanente ou um estado permanente. Por exemplo:

Esse vizinho sempre faz barulho de noite. [evento habitual]

A Carolina tem cabelo louro. [propriedade permanente]

A casa dele fica atrás do parque. [estado permanente]

O presente simples também se usa para exprimir uma verdade geral, que ao depende do tempo:

A água ferve a cem graus.

Nos exemplos acima, o evento ou estado descrito vale para o momento presente, mas também para uma certa extensão no passado e no futuro. Esse é o significado básico do presente simples. O presente simples não é usado para exprimir um evento que se verifica no momento da fala; assim, a frase

Meu pai trabalha na oficina.

Exprime um evento habitual (= meu pai é empregado da oficina), não alguma coisa que meu pai está fazendo no momento da fala. Para exprimir um evento que se dá no

momento da fala, usa-se o **presente progressivo**, isto é, o auxiliar estar mais o gerúndio. Por exemplo:

Meu pai está trabalhando na oficina.

O cachorro está latindo.

Está chovendo lá fora.

O evento expresso pelo presente progressivo não precisa ser pontual, e pode ser alguma extensão no passado e no presente, ou ser habitual, mas nunca é uma propriedade permanente:

Está chovendo muito em Belém.

Essa frase pode significar que está chovendo neste momento, ou que tem chovido ultimamente em Belém, mas não que Belém é (permanentemente) uma cidade chuvosa; nesse caso, se diria:

Chove muito em Belém.

Isso explica por que não se pode dizer, por exemplo:

A Carolina está tendo cabelo louro.

A casa dele está ficando atrás do parque.

### **O presente expressando o futuro**

O presente simples pode ser usado para expressar um evento futuro (normalmente acompanhado de uma expressão temporal que elimina a ambiguidade)

Por exemplo:

Amanhã bem cedo eu te telefonei.

Esse uso não vale para eventos vistos como muito remotos no futuro. Assim, pode-se dizer:

O sol vai se extinguir dentro de dois bilhões de anos.

Mas não

O sol se extingue dentro de dois bilhões de dois bilhões de anos.

Embora se possa dizer

O sol nasce dentro de cinco minutos.

### **O presente expressando passado**

O presente simples é usado às vezes para expressar um evento passado.

Isso acontece quando se deseja dar um caráter mais vivo a uma narração, como por exemplo em

Entrei no quarto e o que é que eu vejo? A Anita rasgando todos os vestidos.

### **O presente em expressões de tempo decorrido**

Em frases modificadas por um sintagma que indica tempo decorrido, usa-se o presente se a condição descrita é ainda verdadeira; por exemplo,

Ele é uma pessoa doente desde 1999.

Há doze dias que ela não para de tossir.

Eu moro aqui há mais de dez anos.

### **Com o verbo estar**

Finalmente, o presente simples do verbo estar se usa para expressar uma condição atual:

A porta está fechada.

A razão é provavelmente a impossibilidade de usar estar no presente progressivo, o que nos daria uma sequência de dois verbos iguais: a porta está estando fechada. Igualmente, não se faz o futuro de ir usando o mesmo verbo como auxiliar: em vez de eu vou ir se diz eu vou. No entanto, tenho tido, tinha tido, ocorrem normalmente.

### **4) A gramática a serviço da prática docente**

É comum que se critique, atualmente, o trabalho incisivo em sala de aula a partir dos ditames da gramática em detrimento do estudo da língua em uso para a expansão da competência linguística dos alunos. Ressalta-se aqui, contudo, o fato de que o trabalho contundente em torno de normas gramaticais até pode ser de pouca valia na formação de um leitor e escritor competente; entretanto, a gramática não só é importante como é necessária para explicar fenômenos linguísticos, incluindo-se o retrado.

Veja-se o quadro-resumo entre: o que abordam os livros, os usos do jornal e as descrições dos gramáticos sobre o presente do indicativo:

	<b>Livro Ensino Fundamental</b>	<b>Livro Ensino Médio</b>	<b>Análise de jornal</b>	<b>Cunha</b>	<b>Perini</b>
1. O “agora	x	x	x	x	x
2. Futuro do presente do indicativo	x		x	x	x
3. Pretérito perfeito do indicativo			x		x
4. Presente histórico		x		x	x
5. Estado momentâneo				x	x
6. Presente genérico	x	x		x	x

*Quadro resumo do potencial do presente do indicativo, explorado pelos livros didáticos, jornal e gramáticos da língua portuguesa (português contemporâneo e português brasileiro)*

Comparando-se os itens mencionados, pode-se concluir que os livros didáticos citados, ainda que sugeridos pelo Ministério da Educação, contemplam de forma parcial o presente do indicativo.

Esta postura dos autores dos livros, apesar de pontual aqui, não é incomum no processo de “didatização” do ensino de língua portuguesa. Considere-se, contudo, que não é a escola que ensina a língua ao aluno já que, antes disso, ele é sujeito, cidadão, usuário dela e, portanto, acima de tudo, um falante com conhecimentos inatos (embora implícitos) a respeito de sua estrutura. Assim, tanto a ação do professor de português quanto as obras que lhe norteiam o trabalho precisariam se fundamentar uma ideia defendida por Chomsky: a capacidade de aquisição da linguagem é inata ao ser humano.

As crianças obviamente aprendem sua língua através de exposição ao ambiente linguístico. Contudo, a hipótese mais famosa e controversa de Chomsky é que a criança traz recursos para o aprendizado da linguagem muito além daqueles usados para outros tipos de aprendizagem: ele afirma que a habilidade de aprender a linguagem é, em parte, uma especialização cognitiva da nossa espécie, uma “Gramática Universal”, que está “conectada” nos cérebros das crianças. (JACKENDOFF, 2002).

Desta premissa, o que se deve ressaltar é que, a este aprendizado inato que têm os seres humanos, é útil acrescentar elementos que desenvolvam a competência comunicativa, já que qualquer falante nativo ‘sabe’ sua língua. Aliás, se a escola fosse o elemento decisivo para a constituição de um falante, as crianças não falariam antes de a frequentarem. Assim, o que o aluno precisa é aperfeiçoar sua competência discursiva.

Ou seja: o estudo dos verbos deve ser voltado para a pragmática, considerando a língua como um organismo vivo, não como um elemento estanque para exercícios gramatiqueros nos livros, no universo escolar.

Importante ressaltar que a aprendizagem de uma língua materna, especialmente quanto à oralidade, é muito diferente da aprendizagem de uma língua estrangeira, já que o falante nativo tem, em maior ou menor proporção, uma vivência natural com a língua materna (com suas estruturas sintáticas e fonéticas, com seu léxico, etc), o que lhe propicia um conhecimento intuitivo.

Afinal, a língua falada é a língua tal como foi aprendida pelo falante em seu contato com a família e com a comunidade, logo nos primeiros anos de vida. É o instrumento básico de sobrevivência. Um grito de socorro tem muito mais eficácia do que essa mesma mensagem escrita.

A língua escrita, por seu lado, é totalmente artificial, exige treinamento, memorização, exercício, e obedece a regras fixas, de tendência conservadora, além de ser uma representação não exaustiva da língua falada. (BAGNO, 2007, p. 54)

Seguindo o raciocínio de Bagno, pode-se afirmar que a linguagem oral é intrínseca à condição humana, enquanto a escrita lhe é ensinada. Nessa linha, Luft afirma que é fundamental que se aprenda a língua, que contém uma gramática; não que “se aprenda a gramática em si: saber, de forma consciente, explícita, as regras de funcionamento desse meio não é indispensável”. Isso se explicaria pois “a imensa maioria dos falantes a ignora totalmente, e até os estudiosos apenas sabem uma parcela ínfima” (LUFT, 1999, p. 19)

Apesar de clara a ideia de expansão da competência linguística, atualmente compreendida como foco do ensino de Português, ela passou a ser difundida somente a partir de 1997, com a publicação dos PCNs. Até a década de 1990, o ensino do Português detinha-se prioritariamente ao domínio de regras ditadas pela Gramática Tradicional; a ênfase dada era a como a língua devia ser e não a como ela era de fato empregada. Sem falar no suporte para este estudo: normalmente frases isoladas em detrimento de textos abarcando contextos mais complexos e mais significativos para os alunos. Ou seja: o ensino de língua portuguesa no Brasil tem praticamente um século de história calcada na normatização e classificação, o que caracteriza o ensino tradicional. Não seria tão simples reverter esta prática, apesar da necessidade de fazê-lo, em função dos prejuízos além-escola que podem ser gerados para o aluno privado de um bom ensino. Os cidadãos, apesar de declarados iguais perante a lei, são, na realidade, discriminados já na base do mesmo código em que a lei é redigida. A maioria dos

cidadãos não tem acesso ao código, ou às vezes, tem uma possibilidade reduzida de acesso, constituída pela escola e pela ‘norma pedagógica’ ali ensinada. (GNERRE, 1991)

Na contramão do processo de “desgramaticalização” do ensino de língua, sabe-se que, com o advento da Linguística no Brasil, muitos professores confundiram conceitos e intenções e passaram a atuar de forma que a Gramática fosse ignorada. Dessa adversidade, pode-se concluir que nem uma postura exclusivamente “gramatiqueira” nem uma postura antigramatical podem ser benéficas no ensino e na aprendizagem de uma língua, seja ela qual for. Isso porque, sendo mais ou menos normativa, a Gramática sempre trará parâmetros para o funcionamento da língua, podendo até preconizar o certo, mas também explicará a forma como a língua se estrutura dentro dela mesma.

Neste sentido, é possível afirmar que o problema no ensino de língua materna, de modo geral, não está propriamente no uso da gramática, mas no uso excessivo dela e muitas vezes para fins classificatórios. Ou seja, a gramática, com seu potencial descritivo, pode e deve embasar o estudo do português na escola; o que se precisa observar é o direcionamento e a finalidade deste ensino. Comprove-se isto pela reflexão acerca do potencial temporal que tem o presente do indicativo, mas que não foi ensinado pelos livros didáticos.

Ressalte-se o emprego do termo “ensino” no sentido convencional. Aqui, o Dicionário Aurélio sintetiza os sentidos mais recorrentes ao termo: “ensino - s.m - instrução, indicação, encaminhamento, castigo, reprimenda, educação”. Ou seja, os sinônimos traduzem bem a forma como a língua, muitas vezes, é tratada: algo a ser ensinando, dado, mostrado; sem mencionar os termos que mostram a prática docente como algo penoso.

Por isso, quando se fala em ensino de língua portuguesa, dever-se-ia falar em desenvolvimento da competência linguística em língua portuguesa. Nesta linha, o aluno seria um ser ativo no seu desenvolvimento da competência discursiva e não um ser passivo na aprendizagem de uma língua que ele já sabe. Assim, pode-se dizer que ensino de gramática, da forma como ainda se faz em muitas escolas, não é suficiente para a formação de leitores e escritores verdadeiramente competentes. Tome-se como exemplo, novamente, o papel do presente do indicativo para os fins que a escola ensina e entre os fins que a imprensa lhe confere.

No caso da leitura de jornais e manchetes, seja na plataforma impressa seja *on-line*, realidade cotidiana dos alunos, o entendimento sobre o real tempo expresso pelo presente constitui-se um interessante componente na expansão do senso reflexivo e crítico acerca dos elementos linguísticos articulados em atos comunicativos. Um aluno, na condição de leitor, não irá classificar o tempo e modo dos verbos que lê, nem precisa; o que ele faz e precisa fazer é compreender a que tempo, na prática, a forma verbal usada remete.

### **Considerações finais**

Mesmo se tratando de uma análise breve, já se pode perceber a limitação de informações acerca do potencial semântico que o presente do indicativo tem.

Note-se, tanto no livro do Ensino Médio quanto no do Ensino Fundamental, que o número de descrições dadas é igual ao número de informações não dadas. Ou seja, o que o aluno pode vir a não aprender sobre o presente do indicativo é proporcional ao que ele pode aprender acerca deste tempo-modo.

Esta realidade, mesmo que pontual, traz à tona um questionamento: se o aluno já usa, desde pequeno, verbos nos mais diversos tempos e modos, qual o real objetivo de o livro didático abordar de forma tão parcial a questão do presente do indicativo?

Para além da decodificação de códigos isolados e de classificações desvinculadas das práticas de leitura e escrita, o estudo dos verbos deve atentar para usos, para intenções, para as escolhas que são feitas. Um bom leitor tem desenvolvida sua competência discursiva: ele é capaz de captar intenções dos elementos empregados num discurso ou fazer escolhas na construção de seu discurso (de forma mais ou menos consciente ou até inconscientemente), depreender sentidos e buscar construir sentidos. Um leitor competente é ativo e se faz ativo na leitura. Essa autonomia se reflete na escrita quando quem escreve busca elementos linguísticos precisos para dizer o que tem de ser dito e da forma como quer que seja dito. Um sujeito com este perfil, pela sua condição humana e racional, nasce com condições suficientes para refletir sobre a língua e sobre a linguagem. Contudo, é necessário que lhe desenvolvam esta capacidade. E a escola tem papel fundamental neste ponto.

Nessa perspectiva, não se pode esperar uma aula de língua portuguesa nos moldes da que ocorria nas décadas passadas – sendo ela eficiente ou não. Mudanças na configuração social ocorrem paralelamente a outras transformações das línguas, as quais lhe são intrínsecas já que as línguas naturais são dinâmicas, vivas e, portanto, estão em

constante mudança em sua estrutura e nos princípios que regem seu uso em situações comunicativas. NÃO OUTRO TEMPO, MAS OUTRO MOMENTO TEMPORAL, SITUAÇÃO, AÇÃO

Neste quesito, inclui-se, por exemplo, o emprego do tempo presente do indicativo para designar outros tempos verbais, questão que, apesar de minuciosa, traz à tona a necessidade de novas formas de pensar o trabalho com língua portuguesa.

(...) os professores sentem que a doutrina gramatical é ultrapassada, incoerente e muitas vezes simplista até a ingenuidade; os alunos tendem a desencantar-se de uma disciplina que só tem a oferecer-lhes um conjunto de afirmações aparentemente gratuitas e sem grande relação com fatos observáveis. Na sala de aula, às vezes o único refúgio são as atitudes autoritárias, quando o professor não se sente em condições de liderar discussões verdadeiramente racionais sobre gramática. (PERINI, 1985, página)

Nesta perspectiva, salienta-se a necessidade de formação de professores com novos olhares sobre a prática docente, mas, sobretudo, sobre a língua: “Mais do que um comportamento individual, ela (a língua) é atividade conjunta e trabalho coletivo, contribuindo de maneira decisiva para a formação de identidades sociais e individuais.” (MARCUSCHI, 2007, p. 15)

É possível que esta mudança ocorra com a propagação do que prevêm os Parâmetros Curriculares Nacionais, cujas ideias convergem com o que pensam linguistas. Ou seja: não se trata de um documento meramente de intenções políticas. Trata-se de uma referência de bases teóricas sólidas capazes de oferecerem uma prática docente voltada para os usos da língua.

Em suma, a escola deve ser capaz de contribuir para que o aluno saia de lá como um cidadão que pertence a uma comunidade letrada e organizada democraticamente, capaz de enfrentar o mundo adulto com habilidade e autonomia na comunicação, na leitura e na escrita. Sem dúvida, isso nasce no domínio da língua materna, na sua variedade culta – escrita ou falada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 2007, 49º Ed. 183 p.

Brasil. Ministério da Educação. *Guia de livros didáticos PNLD 2008: Língua Portuguesa / Ministério da Educação*. Brasília: MEC, 2007. 152 p. — (Anos Finais do Ensino Fundamental). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldport07.pdf>> Acesso em 10. jun. 2012.

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: 1997. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>> Acesso em 6 fev. 2012.

CUNHA, Celso. *Gramática do português contemporâneo: edição de bolso*. Porto Alegre: L&PM, 2010. 2ª Ed. 420 p.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio*. Disponível em <<http://www.dicionarioaurelio.com>> - Acesso em 30 jul. 2012.

GNERRE, MAURIZZIO. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 3ª edição.

JACKENDOFF, Ray. *Foundations of language: brain, meaning, grammar, evolution*. Oxford: Oxford University Press, 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. São Paulo: Ática, 1999.

MARCUSCHI, Luiz A. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, Ângela P., MACHADO, Anna R., BEZZERA, Maria A (org). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

MARCUSCHI, Luiz A., DIONÍSIO, Ângela P. *Fala e escrita*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1985.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 221.

RAPOSO, Eduardo Paiva. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa: Caminho, 1992.